

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZ. -----

Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e dez, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente -----
2. Actas-----
3. Conselho Municipal de Segurança – Composição – Cumprimento da alínea g) do nº 1 e nº 3 do artigo 4º do Regulamento. -----
4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----
 - a) Prestação de Contas de 2009;-----
 - b) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de dois milhões de euros.-----
 - c) Proposta de Protocolo de Delegação de Competências a estabelecer com a Freguesia de Santiago do Cacém;-----
 - d) Alteração aos Estatutos da AMBAAL – Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral; -----
 - e) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da AMAGRA – Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente;-----
 - f) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral;-----
 - g) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da AMBAAL – Associação dos Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral;-----
 - h)Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal;-----
 - i) Abertura de procedimento de formação de Contrato com a empresa NOVOPCA II – Investimentos Imobiliários, S.A., para elaboração de Plano de Pormenor – Barragem de Campilhas.-----
 - j) Declaração de Interesse Público Municipal das novas unidades do Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL;-----
 - l) Dia Municipal do Bombeiro – Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal;--
 - m) 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010.-----
5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA. -----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Ramiro Francisco Guiomar Beja, Alexandre António Cantigas Rosa, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Nuno Alexandre Vilhena Braz, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério,

Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Ângela Isabel Botelho Baltazar, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: Jaime António Pires de Cáceres.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vitor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Álvaro Beijinha, Arnaldo Frade, Óscar Ramos e Carlos Pereira Dias.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

O Senhor Presidente deu conhecimento de que o membro da Assembleia Municipal Senhor Jaime Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, era substituído na sessão pelo seu substituto legal, Senhor Norberto Valente Barradas, conforme foi comunicado por aquela Junta de Freguesia.-----

SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL-----

Pelo Senhor José Catalino, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte “SAUDAÇÃO: -- Ex. Sr. Presidente e senhores membros da Mesa da Assembleia Municipal ----- Exm^a s Senhoras e Senhores Deputados Municipais----- Ex. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Exm^{os} Senhores Vereadores ----- Caros Municípes -----

Estamos a dois dias de comemorar o 36º Aniversário daquele que é um dos momentos mais altos e belos da História do nosso Povo e do nosso País a Revolução de Abril. ----- Hoje há quem queira passar a ideia de que no 25 de Abril de 1974 o que se concretizou em Portugal foi um Golpe de Estado protagonizado por militares insatisfeitos com a sua situação, importa afirmar que o que se concretizou no nosso País no dia 25 de Abril foi um levantamento Militar, seguido no imediato de um levantamento Popular. O que foi concretizado em Portugal foi uma Revolução que pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, ditadura terrorista dos monopólios e dos latifundiários, foi também uma revolução simultaneamente anti-fascista, anti-monopolista, anti-colonialista e anti-imperialista.----

O que vamos comemorar dentro de dois dias é uma Revolução que pôs fim ao isolamento internacional do nosso País, que pôs fim à Guerra Colonial.-----

O que vamos comemorar no próximo dia 25 de Abril é a conquista da Liberdade e da Democracia, das Liberdades Políticas e Sindicais, Sociais e Laborais, a Nacionalização dos principais meios da nossa economia, a Reforma Agrária, e o Poder Local Democrático.-----

36 Anos após essa data gloriosa importa dizer que este percurso tem sido feito com muitos buracos e alçapões e que muitas das conquistas então alcançadas foram destruídas ou ainda estão por concretizar. Muito cedo a contra revolução entrou em marcha, e os golpes à nossa jovem democracia foram-se sucedendo, foi assim com o golpe Palma Carlos/Sá Carneiro, depois o 28 de Setembro, o 11 de Março, o Verão quente de 1975 onde o terrorismo bombista teve mãos livres para atacar e incendiar tudo

o que era de esquerda em especial as sedes do Partido Comunista, foi o 25 de Novembro a que chamamos a desforra da reacção contra os militares e o povo e que resultou na liquidação do MFA iniciando o percurso de viragem à direita do processo revolucionário.-----

Durante todo este período a Constituição da República foi sendo revista de forma a permitir que “democraticamente” o PS, metesse o socialismo na gaveta e pouco a pouco aliado com a direita, destruindo as principais conquistas que o nosso Povo conquistou com a Revolução de Abril.-----

Foi assim com a aniquilação do nosso aparelho produtivo, com a entrega ao grande capital das mais importantes empresas e sectores nacionalizados, foi assim com a destruição da mais bela conquista de Abril, a Reforma Agrária e é ainda hoje assim com as várias tentativas de liquidar o Poder Local Democrático que como todos sabemos é o mais importante instrumento de desenvolvimento local, é o garante a milhares de crianças em idade escolar terem uma refeição quente é a criação das condições mínimas para o bem-estar do nosso Povo criando, construindo e mantendo os níveis de satisfação no que à água, salubridade, electricidade diz respeito é o desenvolvimento de políticas culturais e desportivas postas ao serviço das populações, são políticas de atracção aos pequenos/médios empresários para a criação de emprego. -----

Hoje ao comemarmos Abril, temos um País mais injusto, mais desigual e menos soberano que é o resultado de 34 anos de políticas de direita sempre praticadas pelos mesmos, PS e PSD, como o sempre disponível e pronto apoio quer a um quer a outro ou a ambos, do CDS/PP.-----

Hoje ao comemarmos Abril temos que fazer frente a novas ameaças que em nome de uma suposta crise financeira e do chamado combate ao défice, crise criada pelos grandes senhores da banca e do grande capital e o défice um palavrão da União Europeia que cegamente o nosso Governo teima em ser o campeão no seu cumprimento, e que são pagos única e exclusivamente pelos trabalhadores e pelas populações mais desfavorecidas do nosso País. É necessário lembrar hoje e aqui que com esta politica, para os banqueiros e grandes senhores do capital, existiu, existe e existirá sempre dinheiro para fazer face aos seus prejuízos apesar dos insultuosos e obscenos lucros que pomposamente de três em três meses vêm anunciando enquanto que para os trabalhadores, o que hoje existe graças ao tal défice e à tal crise, é menos trabalho e mais desemprego, o que há é cada vez menos saúde, como é exemplo a falta no nosso concelho de médicos de família ou a vergonhosa existência de cidadãos nacionais a nascerem em Espanha, ou ainda o desespero de parte da nossa população ao querer o estatuto e nacionalidade Espanhola em vez da sua nacionalidade, o que temos hoje é menos dinheiro para as pensões e reformas daqueles que passaram toda uma vida a criar riqueza, o que os trabalhadores tem hoje é cada vez menos possibilidade de os seus filhos puderem tirar um curso superior ou até terminar o ensino obrigatório porque a vida que lhes é imposta os atirou para o trabalho precoce.-----

Caros Municípes,-----
É inevitável ser assim? O Povo está condenado a viver num País onde as injustiças sociais, onde a corrupção ao mais alto nível do poder político e económico é capa diária de jornais e das televisões? Daqui dizemos com toda a convicção de quem durante 48 anos lutou até à morte contra a ditadura e o fascismo e que sempre esteve junto dos trabalhadores e do povo que não! Pois existe e é possível uma outra política que sirva os interesses do nosso Povo e do nosso País. No ano em que se comemora os 100 anos da primeira República e do dia internacional da mulher, no ano em que vamos comemorar os 120 anos do dia internacional do trabalhador, nós dizemos sim é possível uma outra

política, sim é possível uma vida melhor, sim é possível um País com mais progresso e justiça social, sim é possível cumprir Abril. -----

Senhor Presidente, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, caros munícipes, queremos lembrar aqui uma frase de um filósofo Marxista que nos diz que: “quando se luta, nem sempre se ganha, mas quando não se luta perde-se sempre.”. E palavras de um verdadeiro poeta de Abril que nos diz: “Agora que já floresceu, a esperança na nossa terra, As portas que Abril abriu nunca mais ninguém as Cerra.”-----

O Senhor Alexandre Rosa referiu que ouvindo a saudação que acabava de ser lida quase lhe parecia que se estava a indiciar que hoje se vive pior do que em 24 de Abril de 1974, dado que na mesma não são valorizadas grandes conquistas do 25 de Abril, nomeadamente a Educação e a Saúde, para além de vivermos em democracia, numa sociedade livre e de mercado. -----

Mais referiu que a Assembleia Municipal tinha como prática assinalar o 25 de Abril, de forma solene, onde as diferentes Forças Políticas podiam intervir, fazendo as suas saudações, prática com a qual a CDU acabou, apesar do PS se ter manifestado pela sua continuidade, acrescentando que foi com tristeza que se confrontaram com esta situação que consideram um desrespeito por aquela data, a qual só pode ser equiparada ao que acontece na Madeira. -----

O Senhor José Catalino referiu que não é apenas o PCP que está preocupado com a situação que se vive, apesar de não se estar no 24 de Abril de 1974, dando como exemplo o comunicado da Associação 25 de Abril, do qual leu o seguinte extracto: ----

*“...Sim, não foi para isto que se fez o 25 de Abril!-----
Por isso, como responsáveis maiores do acto libertador de 1974, aqui deixamos o nosso grito de revolta: Não estamos arrependidos, continuamos a considerar que, apesar de tudo, valeu a pena, mas chegou a altura de, também nós, gritarmos que é necessário um outro 25 de Abril! -----*

*Mas um 25 de Abril com outras armas! -----
Não com as G3 e as Chaimites, pois não vivemos em ditadura, mas com as armas que a Democracia nos faculta! -----*

A nossa acção cívica tem de conseguir parar a degradação da nossa sociedade, tem de conseguir devolver-nos a esperança de um novo país, com justiça e solidariedade. Um país mais livre, democrático, justo e fraterno...” -----

O Senhor José Catalino referiu ainda que não foi a Mesa da Assembleia Municipal que decidiu não realizar a sessão solene do 25 de Abril, foi a Assembleia Municipal que o deliberou, tendo em conta o facto da mesma ser pouco participada pelos munícipes e porque muitos dos seus membros tinham de estar presentes nas freguesias para acompanhar as comemorações nas diferentes localidades, pelo que, a sessão solene foi sacrificada para que as pessoas pudessem comemorar aquela data nas ruas.-----

Interveio o Senhor José Sucena, referindo que o 25 de Abril se comemora em qualquer sitio e em qualquer dia e que o respeito por aquela data se expressa na capacidade que tivermos para construir um País.-----

Mais referiu que é importante que sejam apresentadas saudações àquela data, acrescentando que durante os cinco anos em que é membro da Assembleia Municipal, o PS nunca o fez, porque meteu o socialismo na gaveta. -----

O Senhor Alexandre Rosa referiu que a Associação 25 de Abril têm todo o direito de se pronunciar sobre a situação que se vive e que acompanha algumas das suas preocupações, acrescentando que aquela Associação comemora o 25 de Abril no desfile em Lisboa.-----

Mais referiu continuar a defender que a sessão solene se deveria realizar, a exemplo do que acontece na Assembleia da República. -----

O Senhor Fernando Gonçalves informou que a Junta de Freguesia de Vale de Água decidiu cancelar as festas previstas para assinalar o 25 de Abril, tendo em atenção o luto pelo falecimento, num acidente, de um jovem morador de 23 anos, na quarta-feira da semana em curso, e o facto de um adolescente de 13 anos ter sido hospitalizado e cujo estado de saúde é muito grave. -----

MOÇÃO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO -----

Pelo Senhor Daniel Silvério, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte **proposta** de Moção: -----

“MOÇÃO-----

SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO -----

No dia 1 de Maio de 1886, há 124 anos, em Chicago, duas centenas de milhares de operários recusaram-se a trabalhar e exigiram o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais. -----

Festejar o 1º de Maio em 2010 será não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas também os de todos os trabalhadores em geral e, essencialmente, os trabalhadores portugueses e das suas organizações sindicais, e outras organizações representativas dos trabalhadores, por um trabalho com condições de higiene e segurança dignas e um salário justo. -----

Festejar o 1º de Maio em 2010 será não só uma jornada de solidariedade para com os trabalhadores de todo o mundo que lutam pelo trabalho, por melhores condições de vida, mas também um forte apoio aos que, em pleno séc.XXI, lamentavelmente, ainda lutam pelos mais elementares direitos sociais, políticos e sindicais em países e em regiões onde eles continuam a não ser reconhecidos ou garantidos.-----

Em Portugal, festejar o 1º de Maio de 2010, será reafirmar Abril e as conquistas conseguidas pelos trabalhadores portugueses. Será lutar por salários justos e pensões dignas, contra o desemprego, pelo emprego com qualidade, pela valorização do trabalho, pela qualificação dos trabalhadores, pela justiça social e fiscal, pela paz e solidariedade internacional.-----

Celebrar o 1º de Maio será, assim, lutar pelo desenvolvimento económico, pelo progresso social e por uma sociedade mais justa e fraterna. -----

Porque celebrar o 1º de Maio é, e será tudo isto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida hoje, 23 de Abril de 2010, delibera o seguinte: -----

- Uma saudação a todos os trabalhadores portugueses, nomeadamente aos trabalhadores Santiaguenses, e às suas Organizações Sindicais na passagem de mais um 1º de Maio, manifestando-lhes a sua solidariedade na luta desenvolvida e por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária; -----

- Uma saudação aos milhões de trabalhadores que por este mundo fora, nomeadamente em países onde não são reconhecidos os seus mais elementares direitos, continuam com persistência, esforço e determinação, sacrificando muitas vezes a sua própria vida, a lutar pela liberdade, pela democracia, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Intervieram, o Senhor Francisco Roque sugerindo uma alteração pontual ao texto, a qual foi aceite pelos proponentes, e o Senhor Alexandre Rosa para informar que o Grupo Municipal do PS se associava ao conteúdo da Moção. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

MOÇÃO PELA DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE FERROVIA -----

Pelo Senhor Francisco Roque, eleito do BE, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“Considerando que:-----

O Plano de Estabilidade e Crescimento, apresentado pelo governo português em Bruxelas contempla a privatização de diversos sectores e empresas públicas, entre as quais a EMEF, a CP Carga e algumas linhas lucrativas da CP, particularmente em zonas suburbanas;-----

O sector ferroviário é tradicionalmente público mesmo em países com políticas económicas mais liberais, pois essa é a única forma de garantir a homogeneidade dos transportes de pessoas e de mercadorias no conjunto dos seus territórios, bem como o acesso aos mesmos em regiões afastadas dos grandes centros urbanos. -----

A submissão estratégica dum sector vital para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável a uma lógica economicista de preocupação exclusiva com o lucro imediato, resultará no encerramento de mais linhas de comboio, agravando fortemente o processo de desertificação que actualmente se verifica em todo o território do país, fora dos grandes centros urbanos. -----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária de 23/04/2010: -----

1 – Manifesta a oposição frontal às medidas gravosas presentes no PEC, em especial à previsível privatização do sector ferroviário. -----

2 – Como órgão deliberativo do município, decide recomendar ao executivo municipal de Santiago do Cacém que, de acordo com as suas possibilidades e no caso de lhe ser solicitado, apoie os trabalhadores da CP, REFER, EMEF e dos seus órgãos representativos, na realização de iniciativas de esclarecimento da população, sobre os riscos da privatização da ferrovia e das empresas públicas do sector.-----

Esta Moção deverá ser remetida à Presidência da República, Ministérios da Economia, das Obras Públicas Transportes e Comunicações, Governo Civil de Setúbal, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares, CIMAL, Associações e Assembleias municipais do Distrito de Setúbal, Administração e Sindicatos dos Trabalhadores das empresas supra referidas, bem como aos de órgãos comunicação social regionais e nacionais.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, referindo que gostaria de assinalar o facto do BE não ser contra todas as privatizações previstas no PEC. Contudo, considerou que a apreciação às duas medidas em causa incorre no mesmo erro da apreciação genérica do BE sobre aquela matéria.-----

Acrescentou que no PEC está prevista somente a alienação parcial da participação do Estado, sendo que na CP será apenas a parte relativa à carga, promovendo desta forma a entrada de capitais privados, os quais poderão introduzir elementos que potenciem a sua modernização e competitividade no mercado. -----

Mais referiu que há três formas de encarar a situação económica actual, sendo que a primeira é fingir que o mercado não existe, para além de podermos comprar e vender, mesmo que nos tenhamos de endividar, considerando esta uma maneira simples de encarar o problema que não responde à situação que preocupa a todos, relativamente à

qual todos os ex-presidentes da República já se pronunciaram mostrando também as suas preocupações.-----

Referiu ainda que há uma insatisfação generalizada pelo estado a que chegou a democracia e a situação económica/social no mundo inteiro, com o qual temos que nos relacionar, pelo que não se pode ignorar que o mercado existe. -----

A segunda, defendida pelos partidos de direita, consiste em reduzir os apoios sociais, o acesso à escola pública, cortar milhões na aquisição de serviços pelo Estado e no acesso à Saúde.-----

A terceira, é a via que o PS defende, já apresentada em Bruxelas, a qual aponta para uma situação de equilíbrio, não ignorando que existe mercado, dado que vivemos num mundo globalizado e muito complexo, no qual não vivemos sozinhos. -----

Mais referiu que é importante que haja mais Europa, porque sem ela a Grécia estaria, hoje, na bancarrota, e Portugal vai ter que participar na ajuda àquele País, para a defesa do Euro.-----

O Senhor Francisco Roque referiu que são várias as razões da crise mundial que actualmente se vive nomeadamente, o facto do sector industrial produzir mais do que o mercado podia absorver, a multiplicação exponencial do crédito sem ligação à economia real e, aquela que é talvez a principal causa da crise, a especulação imobiliária e bolsista, acrescentando que a Grécia é um bom exemplo dos resultados dos jogos da Bolsa Americana, agravado com a tentativa de ocultação do problema.-----

Mais referiu que o PEC – Plano de Estabilidade e Crescimento, de estabilidade tem pouco e as medidas preconizadas no mesmo não irão gerar crescimento, comprometendo o relançamento da economia, dado que não vai haver meios para a recuperar, porque nem as empresas nem as famílias terão dinheiro para o efeito. Contudo, acrescentou, houve dinheiro para ajudar a Banca que jogou na especulação para socorrer os grandes grupos financeiros.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Valente Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

Seis votos contra dos eleitos do PS, Senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.-----

Quatro abstenções, sendo três dos eleitos do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma de um eleito do PS, Senhor Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.-----

MOÇÃO PELA DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO POSTAL -----

Pelo Senhor Francisco Roque, eleito do BE, foi apresentada a seguinte **proposta de Moção**:-----

“Considerando que: -----
O Plano de Estabilidade e Crescimento, apresentado pelo governo português em Bruxelas contempla a privatização de diversos sectores e empresas públicas, entre as quais os CTT;-----

O serviço postal sempre foi público, pois essa é a única forma de garantir a homogeneidade das comunicações postais no conjunto do território nacional, bem como a sua igualdade de acesso inclusive nas regiões afastadas dos grandes centros, como é o caso do Alentejo;-----

A submissão estratégica dum sector vital para o desenvolvimento regional equilibrado e sustentável a uma lógica economicista de preocupação exclusiva com o lucro imediato, resultará, inevitavelmente, no encerramento de estações de correio economicamente pouco rentáveis agravando fortemente o processo de desertificação que actualmente se verifica em todo o território do país, fora dos grandes centros urbanos;-----

Depois do encerramento de escolas, de postos médicos e outros serviços públicos de proximidade, o eventual encerramento da Estação de Correio agravará dramaticamente o processo de desertificação de muitas terras do Alentejo.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária de 23/04/2010:-----

1 – Manifesta a oposição frontal às medidas gravosas constantes do PEC, em especial à previsível privatização dos CTT e de Estações de Correio.-----

2 – Como órgão deliberativo do município, decide recomendar ao executivo municipal de Santiago do Cacém que, de acordo com as suas possibilidades e no caso de lhe ser solicitado, apoie os trabalhadores dos CTT e dos seus órgãos representativos, na realização de iniciativas de esclarecimento da população, sobre os riscos da privatização dos CTT.-----

Esta Moção deverá ser remetida à Presidência da República, Ministérios da Economia, das Obras Públicas Transportes e Comunicações, Governo Civil de Setúbal, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares, CIMAL, Associações e Assembleias municipais do Distrito de Setúbal, Administração e Sindicatos dos Trabalhadores dos CTT, bem como aos de órgãos comunicação social regionais e nacionais.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor José Sucena, referindo que as preocupações colocadas na Moção vão de encontro àquelas que, nesta data, o seu camarada Jerónimo de Sousa expôs na Assembleia da República, relativamente à diminuição dos postos de trabalho e à retirada de regalias aos trabalhadores dos CTT e da REFER. -----

O Senhor Francisco Roque referiu que as estruturas de comunicação deveriam ser públicas e que se tem vindo a assistir ao desinvestimento nas estações dos CTT, com o propósito da sua privatização.-----

Referiu ainda que a paragem do comboio inter-cidades, em Ermidas, faz parte da história e dificilmente voltará.-----

O Senhor Alberto de Brito referiu estar convicto de que a situação referida na Moção, principalmente no que se refere aos Correios em Ermidas, poderá vir a acontecer.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar

Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Valente Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

Seis votos contra dos eleitos do PS, Senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó.-----

Quatro abstenções, sendo três dos eleitos do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma de um eleito do PS, Senhor Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.-----

MOÇÃO SOBRE ACESSOS AO HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO – TRANSPORTES-----

Pelo senhor António Isidoro, em representação dos eleitos do PSD, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“Passados que estão quase seis anos da abertura do Hospital do Litoral Alentejano, existem problemas não resolvidos que teimam em subsistir, como é o caso específico das acessibilidades. -----

Se por um lado, este novo equipamento acrescentou mais valias nos cuidados de Saúde prestados à população do Litoral Alentejano no geral e ao Concelho de Santiago do Cacém em particular, por outro lado colocou a descoberto problemas graves de acessibilidades, especialmente aos utentes das freguesias mais distantes, quer pela frequência dos transportes, quer pelo horário dos mesmos.-----

Se atendermos que, predominantemente, é a população mais carenciada e idosa do Concelho de Santiago do Cacém que mais recorre aos transportes públicos, o problema é ainda mais grave quando são obrigados a percorrer um percurso pedonal, condicionados ao clima que se possa verificar. Se alguns vão doentes para as consultas, o contacto com o calor, frio ou chuva não faz prever qualquer melhoria. Outros que não estão nesta situação, tornam-se sérios candidatos a obter uma qualquer doença.-----

Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém não compreendem, apesar dos esforços de diversas entidades na resolução do problema, nomeadamente a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo André, que a paragem dos autocarros se faça junto da portaria do Hospital, propondo que a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 23 de Abril de 2010, aprove um voto de desagrado pela manutenção desta situação e que proponha à Administração do Hospital do Litoral Alentejano e às empresas de transportes envolvidas no processo, a realização de uma reunião para o esclarecimento de quais são os obstáculos à concretização de um percurso alternativo, que já foi praticado durante algum tempo e que proporciona aos utentes utilizadores dos transportes públicos, um acesso mais fácil às instalações do Hospital.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o Senhor José Sucena, sugerindo uma alteração pontual ao texto, no sentido de incluir no quarto parágrafo a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santo André, o que foi aceite pelos proponentes. -----

O Senhor António Isidoro referiu que a Câmara Municipal deveria solicitar uma reunião com as entidades referidas na Moção, sugerindo que na mesma participasse a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi aprovada, **por unanimidade e aclamação**.-----

MOÇÃO SOBRE O JORNAL “DIÁRIO DO ALENTEJO” -----

Pela Senhora Maria da Conceição Pinela Pereira, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte **proposta** de Moção: -----

“A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida a 23 de Abril de 2010, relativamente às notícias sobre intenções de privatização do “Diário do Alentejo” (DA), delibera e entende o seguinte: -----

1.O “Diário do Alentejo” é um órgão da Associação de Municípios do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral – AMBAAL que ao longo de décadas se implantou a nível regional, nacional e mesmo em muitos amigos e assinantes no estrangeiro, junto das comunidades portuguesas, particularmente onde vivem e trabalham alentejanos. -----

2. Como órgão dos municípios, cumpre com a obrigação de divulgar a sua actividade, a promoção cultural, os acontecimentos e a vida na região, as gentes e os actores do desenvolvimento.-----

3. Os aspectos relativos ao seu funcionamento e viabilidade podem e devem ser, naturalmente, apreciados e resolvidos, de forma a garantir a sua existência, no quadro dos objectivos que se lhe atribuem. -----

4. O DA não deve ser visto como mais um jornal, no plano da comunicação social regional, mas sim um órgão com responsabilidades particulares na defesa da região e dos seus interesses diversificados, com a sua história e identidade, uma profunda ligação às populações e aos municípios associados, dando prioridade sempre ao serviço público.

5. Os municípios devem manter a sua propriedade e carácter público, também porque não se devem apenas concentrar nos provados todos os recursos e meios, designadamente da comunicação social. Salienta-se que este é o único órgão não particular ou privado que existe no Sul. -----

6. Relativamente a aspectos de conteúdos informativos e do director, essas são matérias que devem ser evidentemente tratadas tendo em conta a lei, os pressupostos deontológicos e os objectivos definidos pela AMBAAL para o jornal e o seu estatuto editorial, independentemente de posicionamentos político-partidários ou conjunturais de composição das estruturas associativas, não devendo por isso ser determinantes quanto à propriedade do jornal, um património do distrito de Beja e do Alentejo.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, questionando se existia alguma proposta concreta de privatização daquele Jornal e, existindo, quem a propôs e qual o ponto de situação do processo, dado que não gostaria de tomar posição sobre um assunto baseado em suposições. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por referir que, na qualidade de Presidente da Assembleia Intermunicipal da AMBAAL – Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, não gostou de ter tomado conhecimento que o assunto iria ser discutido naquela Assembleia, quando é da sua competência agendar os assuntos a tratar na mesma, pelo que, considerou que quem poderá responder à questão colocada pelo Senhor Alexandre Rosa será o Senhor Jorge Pulido Valente, do Conselho Directivo, eleito do PS.-----

Mais referiu que o Diário do Alentejo tem um conjunto significativo de assinantes e que é útil para a região dispor deste órgão de informação.-----

Interveio o Senhor José Catalino, referindo que são dezoito os municípios que compõem a AMBAAL, sendo sete da CDU, nove do PS, um do PSD e um independente, e que a questão em causa foi levantada no Conselho Directivo, embora não saiba qual o município que a colocou, acrescentando que deverá existir a noção da importância da região no País, para se compreender o papel relevante daquele órgão de informação na divulgação da mesma. -----

Interveio novamente o Senhor Alexandre Rosa, mostrando desagrado pela forma como foi dada resposta à questão que colocou. -----

Acrescentou que embora subscrevesse as preocupações do Senhor Presidente da Câmara, considerava que o assunto iria ser discutido no sítio certo. -----

Mais referiu que o Diário do Alentejo precisa de paz, considerando importante que os municípios se entendessem, tendo em conta a importância daquele órgão de comunicação social para a região e para que o mesmo se possa afirmar mais e de forma independente. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte e um dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Helder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Valente Barradas, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Sete abstenções, dos eleitos do PS, senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – ACESSO A POENTE -----

O Senhor Francisco Roque voltou a apelar no sentido da intervenção urgente naquela entrada da Cidade, mesmo que fosse só com a colocação de sinalética, de forma a evitar que os condutores entrem na mesma em sentido contrário, o que acontece com muita frequência, podendo originar acidentes graves.-----

ERMIDAS – PAVIMENTOS -----

O Senhor Alberto de Brito informou que os passeios junto ao jardim e na Rua 30 daquela Vila estão levantados, há cerca de quatro meses, solicitando a sua reposição.--- Chamou ainda a atenção para a degradação dos pavimentos de algumas ruas daquela Vila. -----

ESCOLA BÁSICA – ARRANJOS-----

O Senhor Alberto Brito questionou sobre os arranjos previstos para aquele edifício, acrescentando que aguarda a sua conclusão, para a Junta de Freguesia proceder à sua pintura.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que iria dar resposta sobre estes assuntos.-----

HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO – ACESSO – SINALÉTICA-----

A Senhora Dulce Rito questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a resposta das Estradas de Portugal relativamente ao reforço de sinalética de indicação daquele equipamento e também sobre a falta de iluminação na entrada do mesmo.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a questão da sinalética já foi exposta à empresa Estradas de Portugal, aguardando a sua concretização.-----

Relativamente à iluminação, referiu que deverá haver uma intervenção no sentido de vir a ser criada uma rotunda no actual entroncamento, para melhorar o acesso àquele Hospital, incluindo o reforço da iluminação pública, acrescentando que esta intervenção deverá ser tratada entre a Direcção do Hospital e o concessionário.-----

CAPELA MURTUÁRIA DA SEDE DO MUNICÍPIO – ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO-----

A Senhora Dulce Rito solicitou informação sobre este assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a localização daquela Capela está dependente da definição do local do novo cemitério, informando que acabou de receber o estudo geológico sobre um terreno, para o efeito, sito entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Vila Nova de Santo André, acrescentando que decorrem as negociações com o proprietário do mesmo, com vista à sua aquisição.-----

Mais informou que o projecto da Paróquia de Santiago do Cacém previsto para o terreno cedido pelo Município contempla duas salas para capela mortuária.-----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – LOCAL DE PARAGEM DOS EXPRESSOS-----

O Senhor António Isidoro referiu que é necessário intervir no piso daquela paragem, voltando a pintar as faixas de indicação de estacionamento, para melhorar o ordenamento no mesmo.-----

Mais referiu que deveriam ser retirados os contentores e vidrão daquele local.-----

O Senhor Presidente informou ter tomado nota destes assuntos.-----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – PASSADEIRA JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL, A POENTE.-----

O Senhor José Sucena, solicitou novamente que fosse estudada a possibilidade de marcação de uma passadeira naquele local.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que irá ver o assunto com o Vereador com a competência delegada nesta matéria.-----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente-----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em dezanove de Fevereiro de dois mil e dez, até à presente data, documento que é dado como reproduzido na presente

acta com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Actas-----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número nove**, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que teve lugar no dia vinte de vinte e nove de Dezembro dois mil e nove, a qual foi **aprovada, por maioria**, com uma abstenção, do Senhor Norberto Barradas, por não ter estado presente.-----

3. Conselho Municipal de Segurança – Composição – Cumprimento da alínea g) do n° 1 e n° 3 do artigo 4° do Regulamento. -----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta da Mesa da Assembleia: ----
“PROPOSTA -----

1. Indicação de seis cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança.

a) Recondução dos cidadãos: -----

.ÉLIO DOS ANJOS ROSA -----

.OCTÁVIO MANUEL CANDEIAS-----

.LUÍS MANUEL DE SOUSA-----

.MARIA DE FÁTIMA BOAVIDA -----

b) Solicitar às Assembleias de Freguesia do Município a indicação de mais dois cidadãos de reconhecida idoneidade para integrarem o Conselho Municipal de Segurança.-----

2. Tomar conhecimento dos representantes das Escolas do 2º e 3º Ciclos e Secundárias do Município naquele Conselho, a saber:-----

-Agrupamento de Escolas de Alvalade - Senhor professor LUÍS FIGUEIRA.-----

-Escola Secundária Manuel da Fonseca – Subdirector JOSÉ RUI SOARES FERREIRA. -----

-Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém - Senhor professor VÍTOR ROCHA DOS REMÉDIOS.-----

-Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo - Senhor LUÍS MIGUEL FERREIRA SANTOS.”-----

O Senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido **aprovada, com vinte e nove votos a favor e três votos brancos**.-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Prestação de Contas de 2009;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte: “**PROPOSTA: Um** – Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2009, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei n° 54-A/99, de 22 de Fevereiro. * -----

Dois – Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos: -----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio;-----

b) Mapas de activo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício; -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

FUNDAMENTOS: Um – Conforme o disposto na alínea e) do nº. 2 do artigo nº.64 da Lei 169/99, de 18 Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Dois – De acordo com o capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 191, de 18 de Agosto, II Série.” -----

* Documentos que são dados como reproduzidos na presente acta com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez ainda uma exposição detalhada sobre a actividade da Câmara Municipal no período em apreço, conforme o constante nos documentos, incidindo fundamentalmente na: “Intervenção Municipal Activa para a Dinamização Económica e para o Emprego; Gestão estratégica e ordenamento do território; Qualificação dos espaços urbanos ao serviço da vivência educativa, social e cultural, A modernização do serviço público, numa óptica de participação e proximidade”, bem como nos resultados da execução orçamental.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Francisco Roque, o qual referiu que se trata, naturalmente, de um relatório da Força Política que governa o Município, a CDU, acrescentando que se identifica com alguma da matéria nele contida, considerando natural o aumento das despesas correntes, quando resultado da entrada em funcionamento de novos equipamentos municipais, assim como as despesas na área da Educação reflexo das exigências da crise económica.-----

Mais referiu que esperava uma redução mais significativa na dívida a curto prazo, tendo em conta o recurso ao PREDE. -----

Acrescentou que se constata que as receitas do IMT e IMI têm vindo a crescer apesar da crise e não tem havido quebra na Derrama nos últimos anos, pelo que, considerou que a Câmara Municipal já poderia ter avançado com a aplicação de taxas diferenciadas do IMI e da Derrama, no sentido de ajudar as pequenas empresas. Mais referiu esperar que venha a ser tomada esta medida e também que se avance com o inventário dos imóveis devolutos. -----

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, referindo que os eleitos do PS fazem uma avaliação política da actividade do Executivo Municipal no período em apreço que não é satisfatória, embora reconhecendo que houve coisas bem feitas, algumas há muito esperadas, nomeadamente a ZIL, em Cercal do Alentejo, o Gabinete Municipal de Santo André e o empenho na organização de candidaturas de projectos para obtenção de fundos comunitários, os quais esperam ver concretizados. -----

Referiu a importância do aumento das receitas, considerando importante o contributo do Estado. -----

Referiu também registar com agrado o esforço do Município no apoio social escolar, devendo igualmente ser tida em conta as transferências do Estado. -----

Mais referiu que a regra do equilíbrio orçamental não foi novamente respeitada e as receitas de capital não tiveram execução relevante, considerando que se partiu para as GOPs com um orçamento que não era possível executar, o que, provavelmente, irá também acontecer no ano em curso.-----

Acrescentou que há projectos que continuam a se arrastar no tempo, nomeadamente o Centro Cultural de Alvalade, a Estrada do Tanganhal e o Cemitério de Ermidas, por falta de capacidade financeira. -----

Referiu ainda que não poderiam deixar de registar com preocupação a dívida de curto prazo a terceiros, a qual não foi regularizada, apesar do recurso ao PREDE, acrescentando que não basta dizer que o Estado não apoia as pequenas empresas, considerando que é também necessário ver o que a Autarquia pode fazer pela economia local, pagando aos seus fornecedores em prazos razoáveis, esperando que seja feito um esforço para ultrapassar esta situação. -----

Interveio o Senhor José Catalino, referindo que nenhum eleito fica satisfeito quando chega ao final do mandato sem que tenha sido possível concretizar todas as obras que planeou, facto que deverá assumir, informando as populações das razões porque as mesmas tiveram que ser adiadas, tal como foi feito, com toda a frontalidade, pelo Presidente da Câmara Municipal, no âmbito da discussão do orçamento participado, relativamente à Estrada do Tanganhal, porque foi preciso optar entre aquela obra e o colector na sede da Freguesia de Abela, para fazer face às cheias, acrescentando que, com o mesmo objectivo, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal procederam à limpeza da Ribeira de Corona. -----

Mais informou que foi novamente remetida à Assembleia da República a proposta de inclusão da Estrada do Tanganhal no PIDDAC, tendo a mesma sido rejeitada. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por esclarecer a questão relativamente à aplicação diferenciada da Derrama, informando que as Finanças não fornecem elementos relativamente à colecta, importantes para materializar aquela medida. -----

Mais referiu ter a consciência de que o Município de Santiago do Cacém, tal como outros, merece do ponto de vista técnico/financeiro toda a atenção. Contudo, considerou que deverá ser tido em conta que o Município não precisou de recorrer a empréstimos, de curto prazo, para fazer face a problemas de tesouraria e também o muito trabalho que foi desenvolvido. -----

Relativamente às transferências da Administração Central para as Autarquias, referiu que se trata do cumprimento de obrigações legais, recordando que existe um incumprimento, há muitos anos, no que respeita a transferências do IRS e do IVA, e que deverá também ser tido em conta os terrenos cedidos pelo Município para a construção de equipamentos, para além de outras participações, sendo o exemplo mais recente, a construção da EBI de Santiago do Cacém. -----

Concluiu, referindo que, em dois mil e nove, foi feito um esforço impressionante pelo Executivo Municipal para a concretização de obra física e para dar cumprimento ao programa a que se tinha comprometido, num quadro de agravamento das dificuldades económico/financeiras no País. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Norberto Valente Barradas,

Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Sete votos contra dos eleitos do PS, Senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

Quatro abstenções, sendo três dos eleitos do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor José Sucena, em nome dos eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária, foi apresentada a seguinte DECLARAÇÃO DE VOTO: “Analisados os documentos que constituem a Prestação de Contas relativas ao ano de 2009, fácil foi concluir que a obra está aí ao dispor e foi executada em benefício de toda a população de Santiago do Cacém. -----

Com uma taxa de execução da Receita na ordem dos 75%, que significa um aumento de 6p.p., se comparada com 2008, e uma diminuição de 4,26% do peso das despesas correntes no total da Despesa que atingiu uma taxa de execução de cerca de 74,5%. -----

Na verdade, desde a dinamização da actividade económica, em que sobressaem o Parque Empresarial do Cercal, a valorização do Centro Histórico de Santiago do Cacém e o apoio às empresas do Concelho, até à beneficiação de 25 mil metros de estradas municipais a que acresce e deve ser evidenciada pela sua importância e custo, a construção da estrada municipal 526, em Alvalade, a construção ainda do Gabinete Municipal de Santo André, e a conclusão e entrada em funcionamento do Auditório Municipal António Chainho, passando pelo aumento de ecopontos e do número de contentores; beneficiação das captações e das redes de distribuição de água; pelo apoio económico a crianças e jovens através do fornecimento de 250.000 refeições, do transporte escolar utilizado por mais de 600 crianças e directamente em dinheiro em benefício de cerca de 650 crianças, além de 35 bolsas de estudo; intervenções várias em conservação de edifícios escolares, a aquisição de mobiliário escolar e o reforço das tecnologias de informação e comunicações; a educação ambiental e a formação da cidadania; iniciativas culturais e a promoção do livro e da leitura no Museu e nas Bibliotecas Municipais; pelo aumento da actividade desportiva em que ressalta uma maior frequência das Piscinas Municipais e do Pavilhão Municipal dos Desportos; o apoio aos mais carenciados e desprotegidos, designadamente crianças e jovens; não esquecendo a modernização e a formação administrativas de modo a proporcionar um melhor serviço do Município aos munícipes. -----

E tudo isto foi conseguido aumentando-se o activo líquido do município em 11,5% em relação a 2008 e mantendo-se a dívida abaixo do legalmente estabelecido, ainda, aliás com uma margem significativa que a análise do Orçamento aprovado para 2010 deixa fundadas expectativas que a dívida irá diminuir e, em consequência, aumentar a margem legal de endividamento para 2011. -----

Estas algumas das razões, porque todas não caberiam numa declaração de voto, que levaram os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária nesta Assembleia municipal a votar a favor da Prestação de Contas e também suportam a manifestação do seu apreço ao Executivo da Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente Vitor Proença pelo trabalho realizado com competência e honestidade que deixa antever com segurança que o desenvolvimento vai continuar no Concelho de Santiago do Cacém, no cumprimento das promessas eleitorais e em benefício de toda a População.” -----

PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS

Atingidas que foram as vintes e quatro horas, o Senhor Presidente propôs o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento.

A proposta foi aprovada, por unanimidade.

Às zero horas e cinco minutos foi registada a ausência do Senhor Norberto Barradas, por motivos de trabalho.

--- b) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de dois milhões de euros; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte: **“PROPOSTA: Um** - Efectuar Contrato de Empréstimo de Longo Prazo com o Banco BPI até ao montante de 2.000.000,00 Euros, para financiamento dos seguintes projectos:-----

2444-2008/39 – Controlo da qualidade da Água de Abastecimento (remodelação Laboratório de Águas).....147.500,00€ -

11111-2002/1 – Instalações Municipais (novas instalações oficinais na ZIL de Santiago do Cacém).....300.000,00€ --

Regeneração Urbana-----

Centro histórico de Santiago do Cacém-----

24261-2009/21 Recuperação da Tapada do Palácio dos Condes de Avillez....181.000,00€

33112-2009/110 – Requalificação do Passeio das Romeirinhas154.000,00€

-2009/93 – Requalificação da Praça Conde Bracial.....12.000,00€

-2009/90 – Requalificação da Rua Condes de Avillez.....10.000,00€---

PIQurb-Santo André-----

11111-2010/2 – Recuperação de Edifício para instalação da Academia Sénior de Artes e saberes (ASAS).....10.000,00€-----

24511-2009/51 – Contentores e Varredura.....61.500,00€ -----

25221-2009/78 – Requalificação do Parque Central de Vila Nova de Santo André.....196.000,00€ ----

33112-2009/89 – Requalificação Urbana do Bairro da Atalaia em Vila Nova de Santo André.....87.000,00€ --

-2009/92 – Requalificação Urbana do Bairro Pôr do Sol em Vila Nova de Santo André.....95.000,00€ --

-2009/94 – Requalificação Urbana do Bairro Azul em Vila Nova de Santo André.....71.000,00€ --

-2009/96 – Requalificação e Ordenamento dos Eixos Urbanos estruturantes de Vila Nova de Santo André.....225.000,00€ --

-2009/102–Rede Ciclável Urbana de Vila Nova de Santo André.....120.000,00€

Corredor Azul -----

33113-2009/112 – Variante de Miróbriga (EM 550).....330.000,00€

Prazo Global- Até 20 anos.-----

Período de utilização e Diferimento- Até 2 anos.-----

Taxa de Juro – Euribor a 3 meses+ Spread de 1,40%.-----

Reembolsos- Prestações trimestrais e postecipadas, constantes de capital e juros.---

FUNDAMENTOS: Um - A proposta do Banco BPI é a mais vantajosa.-----

Dois – De acordo com o nº.1, 2, 5 e 6 do artº.38 e artº.39 da Lei nº.2/2007 de 15 de Janeiro; e alínea d) do nº.2 do artº. 53 da Lei 169/99, de 28 de Setembro, na redacção da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Interveio o Senhor Nuno Brás, solicitando um esclarecimento pontual, o qual foi devidamente esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e quatro votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. --
Sete abstenções dos eleitos do PS, Senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito.”-----

--- **c) Proposta de Protocolo de Delegação de Competências a estabelecer com a Freguesia de Santiago do Cacém;** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte: “**PROPOSTA:** Aprovar a Proposta de Protocolo de Delegação de Competências a estabelecer entre o Município de Santiago do Cacém e a Freguesia de Santiago do Cacém, em anexo. * -----

FUNDAMENTOS: UM. A prática de actos da competência da Câmara Municipal pelas Juntas de Freguesia, levada a efeito em anteriores mandatos, trouxe benefícios para a população evitando deslocações à Sede do Município e, conseqüentemente, perdas de tempo e despesas dos Municípios.-----

DOIS. As Juntas de Freguesia têm capacidade de resposta às solicitações inerentes às delegações de competências ora propostas. -----

TRÊS. É de interesse para o Município que as Juntas de Freguesia continuem a praticar actos da competência da Câmara Municipal. -----

QUATRO. De acordo com o disposto no artigo 66º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e no artigo 15º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.”-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesal. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** “-----

--- **d) Alteração aos Estatutos da AMBAAL – Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral;** -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar a alteração aos

Estatutos da AMBAAL – Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, conforme anexo.* -----

FUNDAMENTOS: De facto: 1. AMBAAL – Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, é uma associação de municípios de fins específicos, criada ao abrigo da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, constituída pelos municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Sines e Vidigueira; -----

2. O novo Regime Jurídico do Associativismo Municipal (Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto) veio reformar o modelo anterior, revogando as Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio, adequando o associativo municipal às necessidades da nova Lei das Finanças Locais, do QREN e da descentralização de competências; -----

3. A nova lei do associativismo municipal, determina a tipologia, natureza e constituição das associações de municípios, prevendo dois tipos de associações de municípios: as de fins múltiplos e as de fins específicos; -----

4. As associações de municípios de fins específicos, são pessoas colectivas de direito privado criadas para a realização em comum de interesses específicos dos municípios que as integram, na defesa de interesses colectivos de natureza sectorial regional ou local; -----

5. O traço distintivo da presente lei, no que concerne às associações de municípios de fins específicos, é a atribuição da natureza privada, ao contrário do que vinha sendo consagrado na legislação anterior que sempre lhe reconheceu a natureza pública; -----

6. No entanto, o legislador da lei que se vem citando, ressaltou a possibilidade das associações constituídas ao abrigo da anterior lei do associativismo municipal manterem a sua natureza de pessoa colectiva de direito público; -----

7. Uma vez que a AMBAAL, optou por manter a natureza de direito público que sempre teve, não houve necessidade de promover a modificação da sua estrutura organizacional, porém, para se adaptar ao novo regime do associativismo municipal, mantendo a natureza pública, a Assembleia Intermunicipal da AMBAAL, aprovou por unanimidade a alteração estatutária que ora se submete à aprovação dos órgãos dos municípios associados. -----

De Direito: -----

1. As associações municípios de fins específicos constituídas até à entrada em vigor da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto podem manter em vigor a natureza de pessoa colectiva de direito público, nos termos do n.º 6 do artigo 38.º. -----

2. De acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, a modificação de estatutos obedece às mesmas regras de aprovação originária; -----

3. Compete à assembleia municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara autorizar o município, nos termos da lei, a integrar-se em associações de municípios, conforme resulta da alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

4. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, a elaboração dos estatutos da associação compete às câmaras municipais dos municípios associados dependendo a eficácia das suas deliberações de aprovação pelas assembleias municipais respectivas.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** “-----

---e) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da AMAGRA – Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** – Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da AMAGRA para o ano 2010, no montante de 8.341,13 € (Oito mil trezentos e quarenta e um euros e treze cêntimos), equivalente a um sétimo do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da AMAGRA.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da Alínea h) do n.º 1 do artigo 7º dos Estatutos da AMAGRA.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** “-----

--- f) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “ **PROPOSTA: Um** – Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da CIMAL para o ano 2010, no montante de 75.600,00 € (Setenta e cinco mil e seiscentos euros) equivalente a um quinto do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da CIMAL.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos do n.º 2 do Artigo 22 da Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** “-----

---g) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da AMBAAL – Associação dos Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “ **PROPOSTA: Um** – Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da AMBAAL para o ano 2010, no montante de 14.436,18 € (Catorze mil quatrocentos e trinta e seis euros e dezoito cêntimos) (2,20%), de acordo com as deliberações dos órgãos da AMBAAL.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da Alínea g) do n.º 2 do artigo 19º dos Estatutos da AMBAAL.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** “-----

---h) Imputação ao Município das Despesas com Pessoal da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um** – Aprovar a imputação, da

parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal da AMRS para o ano 2010, no montante de 1.022,98 € Mil e vinte e dois euros e noventa e oito cêntimos) (0,26%), de acordo com as deliberações dos órgãos da AMRS. -----

FUNDAMENTOS: Nos termos da Alínea j) do n.º 1 do artigo 8º dos Estatutos da AMRS.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** “ -----

---i) Abertura de procedimento de formação de Contrato com a empresa NOVOPCA II – Investimentos Imobiliários, S.A., para elaboração de Plano de Pormenor – Barragem de Campilhas; -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: UM.** Abertura de Procedimento de formação de Contrato com a empresa a NOVOPCA II – Investimentos Imobiliários, S.A. para elaboração de Plano de Pormenor.* -----

DOIS: Condicionar a aprovação da abertura do procedimento, referido em 1, à aprovação da Assembleia Municipal e nesse sentido submeter à decisão do órgão. -----

FUNDAMENTOS DE FACTO: UM: A proposta apresentada pela NOVOPCA II, Investimentos Imobiliários SA, poder constituir um motor de desenvolvimento económico, turístico e social para o Município de Santiago do Cacém. -----

DOIS: Dada a natureza da matéria em questão, quer por se tratar o impulso para a elaboração de um instrumento de planeamento territorial, quer pelo seu potencial impacto social, económico e turístico, entende-se que, desde o início, o procedimento dever ser acompanhado pela Assembleia Municipal, ainda que, nesta fase, a lei, designadamente, o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial atribua essa competência à Câmara Municipal.-----

TRÊS: O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), republicado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, e com a redacção e republicação pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro consagra expressamente a possibilidade de contratualização entre a Administração e os Privados no que concerne a elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT); -----

QUATRO: A NOVOPCA II– Investimentos Imobiliários, S.A., é promitente compradora de um conjunto de prédios rústicos e mistos, com uma área global de 976,69 hectares, situados a Nascente e a Sul do aglomerado urbano da Sonega e na envolvente próxima da Barragem de Campilhas; -----

CINCO: Pretende a NOVOPCA II– Investimentos Imobiliários, S.A., promover nos mesmos uma operação urbanística com fins eminentemente turísticos - conjunto(s) Turístico(s), mas também com uma vertente imobiliária, numa óptica de ocupação urbana de alta qualidade e no respeito pelos valores patrimoniais históricos, ambientais e culturais existentes;-----

SEIS: A concretização desta operação deve ser feita, de forma articulada com as orientações estratégicas delineadas em programas, projectos e planos de âmbito nacional, regional e municipal dirigidos àquela área territorial em particular pelo que é necessário (indispensável) a elaboração para a mesma de um Plano de Pormenor de Intervenção em Espaço Rural (PPIER);-----

SETE: As disposições legais e que constam do respectivo Regulamento do PDM, Carta de Ordenamento e das Servidões e Restrições de Utilidade Pública, está a referida área abrangida pelas “Classes de Espaços Áreas Rurais”, nas respectivas Categorias de “

Áreas abrangidas pela Reserva Agrícola Nacional”, “Outras Áreas Agrícolas Complementares”, “Áreas de Montado de Sobro e Azinho” e “Outras Áreas Florestais ou Silvopastoris” e pela “Classe de Espaço de Áreas de Protecção a Recursos Naturais”, nas respectivas Categorias, de “Área de Protecção e Enquadramento”, “Área de Protecção ao Património Natural” e “Áreas Afectas a Recursos Hídricos “. Das Áreas de Servidão e Restrições de Utilidade Pública, a área delimitada e a sujeitar a PPIER está afectada, respectivamente às “Servidões Rodoviárias”, “Servidões da Rede Eléctrica de Média e Alta Tensão”, “Servidões do Domínio Público Hídrico”, “Reserva Ecológica Nacional”, “Reserva Agrícola Nacional” e “Montado de Sobro e Azinho”;

OITO: O Plano Director Municipal de Santiago do Cacém encontra-se, no momento, nos procedimentos decorrentes do processo de Revisão;

NOVE: É de manifesto interesse da proponente que a sua pretensão seja devidamente articulada e integrada com as pretensões a plasmar no futuro Plano Director Municipal para o desenvolvimento daquela área do município, desenvolvimento esse que assume relevante interesse para o desenvolvimento económico e turístico numa integração Regional e Municipal na construção de um destino turístico sob a marca regional “Alentejo”;

DEZ: O Projecto apresentado pela – Investimentos Imobiliários, S.A., é reconhecido por esta e pelo Município de Santiago do Cacém como de manifesto interesse económico, turístico e social, na medida em que constitui um significativo contributo da iniciativa privada para a prossecução de um dos objectivos fundamentais da política urbanística por si prosseguida para a área em apreço, e consubstanciada no Plano Estratégico de Turismo do Município de Santiago do Cacém.

FUNDAMENTOS DE DIREITO: O previsto no artigo 6.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. O disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

* Conforme documentos que são dados como reproduzidos na presente acta com o número sete, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricados pelos membros da Mesa.

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão.

Interveio o Senhor Alexandre Rosa, começando por saudar a iniciativa da Câmara Municipal de colocar o assunto à Assembleia Municipal nesta fase do processo, considerando que esta era uma boa prática, por permitir o conhecimento do mesmo desde a fase inicial.

Mais referiu que os eleitos do PS vêm com muito interesse, agrado e expectativa forte, a realização deste projecto no Município, tendo em conta que o Litoral Alentejano está, progressivamente, a se constituir como destino turístico em alternativa a outros pontos do País, com a realização prevista de iniciativas culturais, desportivas e outras de nível nacional e internacional.

Acrescentou que os promotores do projecto poderão contar com o empenho dos eleitos do PS no desenvolvimento do mesmo, sem esquecer as preocupações ambientais e sociais que deverão presidir à sua implementação, a qual deverá ser concretizada de forma sustentável.

Referiu ainda que seria positivo que fosse criada uma comissão de acompanhamento do projecto.

O Senhor Francisco Roque referiu subscrever a intervenção do Senhor Alexandre Rosa relativamente à apresentação do projecto à Assembleia Municipal, nesta fase, porque poderá evitar situações como aconteceu no passado, com um processo semelhante, com

o qual os membros da Assembleia Municipal foram confrontados com uma proposta de parceria que lhes suscitou muitas dúvidas. -----
Mais referiu que os projectos turísticos deverão ter sustentabilidade do ponto de vista económico e social e também ambiental, com particular atenção ao edificável e às dificuldades de gestão dos recursos hídricos. -----
Acrescentou não estar esclarecido sobre quem são os proprietários e os promitentes-compradores dos cem hectares de terreno onde será concretizado o projecto. -----
Referiu ainda que seria importante que fosse disponibilizado aos membros da Assembleia o Plano Municipal de Turismo. -----
Interveio o Senhor José Sucena, referindo que foi com muito gosto e interesse que os eleitos da CDU tomaram conhecimento da iniciativa de utilização daquele espaço para o projecto em causa, estando certos que os promotores irão cumprir com as regras ambientais que se impõem, esperando que, muito em breve, se possa assistir à sua inauguração.-----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para esclarecer que se está somente a tratar das bases do contrato para elaboração do Plano de Pormenor, o qual terá que ser aprovado pela Assembleia Municipal. -----
Referiu ainda que lhe parecia interessante a forma como surgiu o projecto, o qual partiu da iniciativa dos proprietários dos terrenos, tendo os mesmos escolhido a NOVOPCA, para o executar, sendo esta a promitente compradora.-----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual informou que o número de camas será indicado no PP, tendo em conta o PROT Alentejo e o Plano Municipal de Turismo. -----
Interveio novamente o Senhor Francisco Roque, referindo que os planos de pormenor deverão ser desenvolvidos pelo Município, tendo em conta o ordenamento do mesmo e a sua base de desenvolvimento, independentemente da participação de particulares. ----
Interveio o Senhor Alexandre Rosa, referindo discordar da posição que Senhor Francisco Roque tinha acabado de defender, acrescentando que o Grupo Municipal do PS defende as parcerias publico/privadas, porque permitem uma maior capacidade financeira e técnica para a concretização dos projectos, servindo melhor o interesse público. -----
O Senhor Vereador Arnaldo Frade referiu que também defendia as parcerias públicas/privadas, com o devido controlo de execução dos projectos, porque permitem a realização de investimentos com menos custos para o erário público. -----
O Senhor Presidente concedeu ainda a palavra aos promotores, presentes na Sala de Sessões, os quais, a pedido dos eleitos, prestaram alguns esclarecimentos sobre o projecto em causa. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com trinta votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, sete dos eleitos do PS, Senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis

Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e três dos eleitos

do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma abstenção do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.”-----

PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as zero horas e trinta minutos, o Senhor Presidente propôs o segundo prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o Regimento.-----

Aprovada a proposta, por unanimidade.-----

--- j) Declaração de Interesse Público Municipal das novas unidades do Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL;-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte” **PROPOSTA: UM. Aprovar a declaração de Interesse Público Municipal** das novas unidades do Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL que integra o Sistema Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da AMAGRA, situado em Monte Novo dos Modernos, Ermidas Sado, Concelho de Santiago do Cacém, com vista à instrução pela AMBILITAL, de pedido de reconhecimento de Interesse Público junto das entidades competentes.-----

FUNDAMENTOS DE FACTO: UM: A AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo EIM, pessoa colectiva n.º 505255391 é uma empresa intermunicipal que tem como objecto a gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da AMAGRA, onde se inclui o Município de Santiago do Cacém;-----

DOIS: A AMBILITAL - Investimentos no Alentejo EIM, desenvolve o seu objecto nomeadamente nos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob a ficha n.º 802/19971010 e ficha n.º 1223/20071102 e inscritos na matriz sob o Artigo 1, Secção H (Parte) da Freguesia de Ermidas Sado, ambos situados em “Monte Novo dos Modernos”;-----

TRÊS: Os prédios identificados no número anterior encontram-se parcialmente condicionados por Reserva Ecológica Nacional (REN), em zona classificada como cabeceiras das linhas de água;-----

QUATRO: Por deliberação da Câmara Municipal de Santiago do Cacém de 27/10/2004, e da Assembleia Municipal de 22/12/2004, foi declarado o interesse público municipal do empreendimento, nessa data projectado e concretizado – Edifício Administrativo - sito no Monte Novo dos Modernos, em Ermidas Sado (Anexo I);* ----

CINCO: A localização deste Edifício Administrativo e do Ecocentro, - em área condicionada pela REN, foi já, em 2005, objecto de permissão, de acordo com Despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional n.º 15 065/2005, publicado em Diário da República n.º 131, II Série, de 11 de Julho (Anexo II);* -----

SEIS: A AMBILITAL requereu à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, a 9 de Abril de 2010, a declaração de interesse público municipal para instrução de procedimento legal de reconhecimento de Interesse Público junto das entidades competentes, com vista à concretização de um conjunto de novos investimentos, unidades e postostas (Anexo III);*-----

SETE: A possibilidade efectiva de concretizar novas unidades no Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL depende da permissão pelas entidades competentes para viabilizar a sua localização, tendo em conta que os prédios onde este centro se localiza se apresentam parcialmente condicionados pela REN, conforme representado nas plantas de localização e ocupação (Anexo IV);* -----

OITO: Os investimentos em apreço, para a concretização das novas unidades e respostas no Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL constituem objectivos imprescindíveis e urgentes, de convergência com as novas exigências das estratégias nacionais e comunitárias de gestão de RSU's vertidos e programados no Plano Estratégico de Resíduos do Sistema Intermunicipal da AMAGRA 2007 – 2016, aprovado pela AMAGRA e pela APA; -----

NOVE: Os investimentos em apreço, para a concretização das novas unidades e respostas no Centro de Gestão de Resíduos da AMBILITAL, constituem um imperativo para cumprimento do disposto no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II), constante da Portaria 187/2007, de 12 de Fevereiro e encontram oportunidade de financiamento no QREN regional e no QREN/POVT, cujos prazos limite de candidatura são, respectivamente, 17 de Maio e 20 de Junho próximos.-----

FUNDAMENTOS DE DIREITO: O disposto no Decreto-Lei 166/2008, de 22 de Agosto, e demais legislação complementar, o disposto na Portaria 187/2007, de 12 de Fevereiro, e no artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei 169/99, de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

* Documentos são dados como reproduzidos na presente acta com o número oito, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Alberto de Brito, colocando algumas questões relativas a promessas, não concretizadas, relativas a postos de trabalho e apoios mateiras, as quais terão sido feitas aquando da implantação daquele equipamento na Freguesia de Ermidas. -----

O Senhor Francisco Roque solicitou algumas explicações complementares sobre o assunto. -----

Intervieram ainda o Senhor Presidente e o Senhor Joaquim Gamito, os quais informaram sobre as negociações para a instalação do Aterro de Tratamento de Resíduos Domésticos, em Ermidas, processo que acompanharam, esclarecendo as questões levantadas.-----

Interveio também o Senhor Rui Madeira, contribuindo para os esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente concedeu a palavra a representantes/técnicos da Associação, presentes na Sala de Sessões, para prestaram os esclarecimentos solicitados. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

--- **1) Dia Municipal do Bombeiro – Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal;**

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a proposta de atribuição da Medalha de Mérito Municipal a: -----

- **Carlos Alberto Agostinho da Silva.** -----
- **Vítor José Tomás.** -----
- **Alberto Miguel Trigo Marques.** -----
- **Octávio Miguel Candeias.** -----

FUNDAMENTOS: Nos termos do Regulamento de Concessão de Condecorações pelo Município de Santiago do Cacém e nomeadamente dos seus artigos 3º e 9º. -----

- Carlos Alberto Agostinho da Silva – **Comandante do Corpo de Bombeiros de Santiago do Cacém, onde ingressou em Outubro de 1979. Tem desenvolvido a sua actividade com dedicação e eficiência, tendo por isso em 1986 ascendido ao posto de Adjunto de Comando, em 1991 a segundo Comandante e em 1999 a Comandante, Condecorado com a Medalha de Dedicação “Classe Ouro” em 1998, e com dois louvores por serviços distintos, um em 1984 e outro em 1994.**-----
Frequentou diversos cursos de formação que o habilitam para comandar e formar os homens que estão sob o seu comando. -----

– Vítor José Tomás – **Com apenas 17 anos alistou-se no Corpo de Bombeiros do Cercal. Com uma carreira de cadete a chefe de 1988 a 2002. Foi nomeado Ajudante de Comando em 1998, segundo comandante em Abril de 2001 e em Abril de 2002 ascendeu ao cargo de Comandante dos Bombeiros do Cercal, cargo que tem desempenhado com rigor e dedicação.** -----

Consta ainda do seu Curriculum um louvor colectivo atribuído em 1999.-----
É detentor de diversas condecorações nas quais se incluem duas Medalhas de Assiduidade Classe Ouro, uma atribuída em 2003, e a segunda em 2009. -----

Frequentou vários cursos de formação que o habilitam a comandar e formar os homens que estão sob o seu comando.-----

– Alberto Miguel Trigo Marques – **Aos 17 anos inscreveu-se nos Bombeiros Voluntários de Meda. Por motivos profissionais veio morar para Santo André. Logo que foi criado o Corpo de Bombeiros de Santo André, ingressou neste Corpo como Bombeiro de 3ª classe, tendo a partir daí feito toda a sua carreira de bombeiro. Em Fevereiro de 2001, atingiu o posto de Chefe. Em Julho de 2001, foi nomeado Comandante, lugar que tem desempenhado com dedicação e rigor.**-----

Foi Condecorado com a Medalha de Dedicação “Classe Ouro” em 1996 e com dois louvores colectivos, um em 1992 e outro em 1996.-----

Frequentou vários cursos de formação que o habilitam a comandar e formar os homens que estão sob o seu comando.-----

– Octávio Miguel Candeias – **Em Janeiro de 1997, inscreveu-se no Corpo de Bombeiros de Santiago do Cacém ao qual pertencia o então destacamento de Alvalade. Com a criação do Corpo de Bombeiros de Alvalade em Fevereiro de 2002, foi dos primeiros Bombeiros a integrar o seu Corpo activo com o posto de Bombeiro de 2ª Classe. Em Setembro de 2004, foi nomeado 2º Comandante no posto de Bombeiro de 1ª Classe, em Outubro de 2005, foi nomeado Comandante, lugar que tem desempenhado com dedicação e rigor.** -----

Foi Condecorado com a Medalha de Dedicação “Classe Prata” em 2008. -----
Frequentou vários cursos de formação que o habilitam a comandar e formar os homens que estão sob o seu comando.” -----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, por escrutínio secreto e individualmente, tendo **cada elemento proposto obtido trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções.**” -----

PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingida que foi a uma hora, o Senhor Presidente propôs o terceiro prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o Regimento. -----

Aprovada a proposta, por unanimidade-----

---m) 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010.-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **PROPOSTA: Um** – Aprovar a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2010, em anexo. *-----

FUNDAMENTOS: De facto:-----

Um – Previsão de um novo posto de trabalho, por tempo indeterminado, carreira/categoria de Assistente Operacional (Motorista de Ligeiros), na Divisão de Obras Municipais e Equipamento;-----

Dois - Previsão de um novo posto de trabalho, por tempo indeterminado, carreira/categoria de Técnico Superior, área de formação de Química, na Divisão de Ambiente e Saneamento Básico;-----

Três – Previsão de um novo posto de trabalho, por tempo determinado, carreira/categoria de Técnico Superior, área de formação de Engenharia Florestal, no Serviço Municipal de Protecção Civil.-----

De direito:-----

De acordo com os artigos 4º e 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”-----

* Documentos são dados como reproduzidos na presente acta com o número nove, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricados pelos membros da Mesa.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, o Senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, Senhores Ramiro Francisco Guiomar Beja, José Élio Sucena, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Ângela Isabel Botelho Baltazar, José Joaquim Catalino dos Santos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PSD, Senhores Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

Oito abstenções, sendo sete dos eleitos do PS, Senhores Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.”-----

5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA.-----

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal no mês de Março de dois mil e dez, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O Senhor Presidente colocou o documento para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora e trinta minutos, do dia vinte e quatro de Abril de dois mil e dez. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

